

CONFLITOS, IMPACTOS AMBIENTAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS EM FRONTEIRA AMAZÔNICA

Aloísio Ruscheinsky
Enaide Tereza Rempel

RESUMO

Este artigo objetiva examinar a degradação da natureza nas fronteiras amazônicas como um campo de conflitos socioambientais. Os autores buscam compreender a realidade de conflitos da região norte do estado de Mato Grosso tendo como pano de fundo os conflitos gerados no processo de colonização, os impactos ambientais e o desenvolvimento local. Do ponto de vista metodológico, entrevistas com atores privilegiados do cenário configuram fontes seletas de informação. Na proposição de uma análise sociológica das interfaces entre as questões dos conflitos ambientais e das políticas públicas nas fronteiras da colonização amazônica, privilegiou-se a visão dos atores sobre alguns problemas detectados na região. No centro desta visão, estão as suas práticas na observância da legislação ambiental e as práticas educativas na gestão dos bens naturais e no ensino formal envolvendo temas relativos ao ecossistema. Por fim, destaca-se a fragilidade das políticas públicas num contexto de conflitos socioambientais a propósito de resíduos sólidos, da poluição hídrica e do saneamento básico.

PALAVRAS-CHAVE

Conflitos socioambientais. Políticas públicas. Fronteira. Atores sociais.

ABSTRACT

This article aims to examine the degradation of nature in the Amazon borders as a field of environmental conflicts. The authors seek to understand the socio-environmental reality of the northern region of Mato Grosso with the backdrop of the conflicts generated in the process of colonization, the environmental impacts and local development. From the methodological point of view interviews with key actors of the scenario configured select sources of information. In proposing a sociological analysis of the interfaces between the issues of environmental conflicts and public policy at the frontiers of Amazon colonization we focused on the vision of the actors on the problems detected in the region. Central to this vision, their practices are in compliance with environmental and educational practices in the management of natural resources and formal education involving issues related to the ecosystem. Finally, we highlight the fragility of public policies in a context of environmental conflicts in regard to solid waste, water pollution and sanitation.

KEYWORDS

Environmental conflicts. Public policy. Borders. Social actors.

O contato com a temática ambiental incitou a abordar questões relacionadas aos problemas gerados pelo uso dos bens naturais no município de Sinop e região como elementos que confluíram para a concretização deste estudo. A partir de atividades profissionais, percebeu-se como oportuno avançar na análise das circunstâncias, dos propósitos e dos desafios suscitados pelas questões ambientais.

As políticas de colonização ou de apropriação do território têm sido razão de diferentes conflitos, entre os quais aqueles vinculados ao intensivo e largo processo de degradação dos bens naturais e a recente tentativa de construção de políticas públicas ambientais. A construção deste artigo¹ reflete a busca indisfarçável de uma compreensão comprometida das relações ambíguas que se estabelecem entre sociedade e natureza, tendo como cenário uma região brasileira que, nas últimas décadas, vem sendo alvo do desenvolvimento econômico, que promove alterações profundas no ecossistema.

O interesse pela temática enfatizada ocorreu a partir da reflexão sobre a prática e a responsabilidade de promover as mediações na aprendizagem entre os diferentes saberes, seja no sistema educacional, seja nas atividades dos órgãos públicos, dentre eles, o saber ambiental.² Uma dupla dimensão se faz presente nas diferentes dimensões do saber da mediação em circunstâncias de conflitos ambientais e a mediação do saber para desvendar os nexos entre as esferas individuais e coletivas, entre o subjetivo e o objetivo.

A questão ambiental tem sido inserida no espaço social nas últimas três décadas, na agenda governamental, nas investigações científicas, nas práticas sociais de organizações civis, entre outros campos. Este estudo buscou compreender a realidade socioambiental da região norte do estado de Mato Grosso, tendo como pano de fundo os conflitos gerados no processo de colonização e desenvolvimento local. Na proposição de uma análise sociológica das interfaces entre as questões dos conflitos ambientais, das políticas públicas nas fronteiras da colonização amazônica (LACERDA, 2013), privilegiou-se a visão dos atores sobre alguns problemas detectados na região. No centro desta visão, estão as suas práticas na observância da legislação ambiental e as práticas educativas na gestão dos bens naturais e no ensino formal, envolvendo temas relativos ao ecossistema.

Na perspectiva das ciências sociais, o objetivo consiste em compreender alguns aspectos do processo social e suas respectivas transformações, a fim de que se possam visualizar novos horizontes às políticas públicas em face de práticas socioambientais. Essas mudanças e as suas contradições parecem ser as estratégias utilizadas no intento da construção de um projeto de sustentabilidade ambiental para o contexto investigado, o município de Sinop, região norte do estado de Mato Grosso. O processo colonizador, com mudanças profundas da paisagem, abriu glebas de pequeno e médio porte e teve uma dupla face: por parte do

1. Algumas ideias e dados do presente texto possuem apoio em Rempel (2011). A pesquisa contou com financiamento da paro à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT).

2. “[...] abordagem interdisciplinar e o diálogo de saberes: a criação deste corpo complexo e integrado de conhecimentos sobre os processos naturais e sociais é denominado por Leff (2001 apud FLORIANI, Nicolas; FLORIANI, Dimas, 2010, p. 7) de “saber ambiental” que implica a construção de uma nova racionalidade e a integração interdisciplinar do conhecimento para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos.”

governo, a serventia de atenuar os conflitos agrários em outras regiões e atrair força de trabalho para o espaço da frente de expansão; por parte dos empreendedores, a mercantilização de recursos naturais, a produção de riquezas e a degradação ambiental. Ora, importa reconhecer que, no cenário da dissipação das matas, da degradação, da escassez e insegurança, as ações socioambientais lançam as suas premissas e seus compromissos.

Como premissa, consideram-se as ações dos atores sociais para atribuir significado às mudanças em curso e o processo social como um instrumento indispensável para a transformação dos impactos ambientais. De outro lado, é compreensível a possibilidade de que existam percepções da questão ambiental tanto quanto os pontos de vista dos diferentes atores. Entende-se que uma abordagem realizada a partir das ciências sociais pode representar um contributo para o avanço qualitativo na compreensão dos propósitos e das práticas dos atores sociais. O tema ambiental vem se inserindo nas questões voltadas às preocupações sociais e políticas e na perspectiva do conhecimento e da sociologia ambiental.

Do ponto de vista metodológico, a abordagem se valeu da análise de alguns documentos disponibilizados por órgãos estatais, da participação em reuniões de planejamento escolar sobre questões ambientais, bem como da utilização de informações contidas

em jornais, revistas, movimentos, diagnósticos governamentais. De muita relevância foram as entrevistas realizadas junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) às secretarias do meio ambiente do estado e do município que, devido ao clima de constrangimento, não foram gravadas. As fontes de informação se referiram aos obstáculos políticos e aos riscos à integridade física e moral de profissionais³ no processo de construção de políticas ambientais.

Neste sentido, a questão ambiental apresenta-se como um problema de investigação, além de ser um problema de segurança pública e constituir-se em questão socioambiental.⁴ Nesse cenário, emerge a questão de pesquisa ao se interrogar o nexo estabelecido entre as práticas sociais dos atores em meio aos interesses conflituosos em curso e às políticas públicas ambientais e, também, ao se perceber como essas práticas sociais se articulam com esses atores, a fim de instrumentalizá-los em suas ações. Entendemos que as políticas ambientais emergem como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais e, em particular, como instrumento de construção e consolidação do entendimento da complexidade ambiental (LEFF, 2009). Entendemos por conflitos ambientais os embates referidos aos modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, com impactos indesejáveis e, como

3. Riscos aos profissionais assediados por contraventores, entre outras formas e sutilezas, geraram as operações 'Curupira', 'Guilhotina' e, por último, a operação 'Arco de Fogo'. Tais operações foram desenvolvidas pela Polícia Federal em conjunto com o IBAMA e o Ministério da Justiça no combate à corrupção ligada a crimes ambientais, tendo como foco as atividades ilegais de extração e comercialização de madeira. "Com todas essas operações, Mato Grosso é um estado marcado pelo crime ambiental." (REDIVO, Adriana; REDIVO, Geovane; SORNBERGER, 2010, p. 43).

4. A questão socioambiental se coloca, sobretudo, em decorrência da crescente associação entre os conflitos sociais e os de cunho ambiental. Diante do enfoque naturalizado ou institucionalizado da categoria desenvolvimento sustentável, o seu uso tem sido alvo de questionamento nas ciências sociais.

tal, envolvendo disputas relacionadas a interesses distintos de atores sociais em sua prática social e de suas contradições.

O artigo compreende cinco sessões, além da presente introdução. No primeiro, apresentamos a política de colonização realizada na região do Norte Mato-grossense como um largo empreendimento de degradação da natureza. Na perspectiva das ciências sociais, buscou-se identificar e compreender os problemas socioambientais, como construções históricas e sociais que afetam a comunidade local, resultantes do desenvolvimento e da degradação ambiental na região norte do estado do Mato Grosso. Num segundo momento, destacamos o processo de desflorestamento e o cultivo homogêneo como um campo de emergência de conflitos socioambientais. A partir de um diagnóstico socioambiental, identificaram-se os elementos que podem se constituir em objetos de configuração das práticas ou das intervenções dos atores sociais.

Num terceiro momento deste estudo, as políticas públicas e os conflitos socioambientais do norte do Mato Grosso são compreendidos como estratégias de ação política na mediação dos conflitos ambientais, em que estão presentes oposições e contradições de interesses, e em que se dilapidam os recursos naturais pela racionalidade do mercado de transformar tudo em mercadoria. As políticas ambientais manifestam o modo como o conflito pode ser negociado e regulado por instituições, a fim de reduzir os antagonismos e projetá-los em um movimento positivo para ampliação de direitos, sejam os humanos, sejam os da natureza. Todavia, na outra face de suas contradições, a gestão de políticas ambientais, de acordo com evidências empíricas, implica no acirramento de conflitos e colabora para a restrição ou mesmo violação dos direitos

humanos. Essa dimensão permite analisar os matizes, os alcances e os instrumentos pedagógicos gerados tanto por parte das políticas públicas quanto pela desenvoltura de atores sociais na realidade local.

O quarto momento está voltado para a análise da formação de um centro urbano submetido aos impactos e à expansão do volume de resíduos sólidos decorrente da expansão do consumo, que se defronta com a poluição hídrica e a precariedade do saneamento básico. As políticas ambientais, como as demais políticas públicas, são oriundas de demandas de setores da sociedade e suas ações conduzem a um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos.

Nas ponderações finais, acenamos que a reflexão acerca da temática dos conflitos ambientais conduz à gênese das políticas ambientais e das proposições das mediações históricas, dentro do horizonte das estratégias de busca de uma sociedade sustentável em contradição com a mercantilização de todos os recursos naturais. Considerando o nexos entre a questão ambiental e a temática social, parece inevitável perceber ações pertinentes a campos de ação: de um lado a sociedade civil, com a presença dos atores sociais, e, de outro, a esfera institucional do Estado – como principais provedores de políticas públicas nessa área.

1 A política de colonização e a degradação da natureza

O município de Sinop pertence à região norte do estado de Mato Grosso, sendo que seu território integra o bioma floresta amazônica. A sua recente história de ocupação por migrantes, realizada pelo processo de colonização particular, promoveu uma significativa transformação dos espaços fo-

mentados pelas atividades madeireiras e agropecuárias que resultou numa intensa exploração dos recursos naturais. Entende-se que essas alterações provocadas pelos agentes sociais, (desbravadores individuais e empresas) sobre o ambiente produzem consequências que afetarão a vida cotidiana, refletindo-se nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos, assim como em políticas de ocupação e valorização da Amazônia Legal.⁵

O município de Sinop é fruto de um projeto de colonização⁶ particular, criado em 1974. Está localizado ao norte do estado, às margens da BR 163, a 500 km da capital, abarcando uma área de 645.000 hectares, com gestão de um empresário do ramo imobiliário, promotor do projeto de colonização (VIEIRA, 2003). Sinop (cidade cujo nome é o mesmo da empresa colonizadora) foi elevado à categoria de município em 17 de dezembro de 1979.

O processo de colonização instaurado na região Norte de Mato Grosso, nos moldes do mercado capitalista, além de ser responsável por grandes alterações nos espaços e nos recursos naturais, é considerado como

um campo gerador de conflitos, os quais são alimentados por lutas e tensões entre grupos sociais em torno da apropriação dos recursos providos pelo meio natural. Essa apropriação causou impactos ambientais e sociais, inserindo a região num projeto de mercantilização que leva à subordinação da força de trabalho e da natureza ao processo de desenvolvimento.

O processo de colonização dessa região iniciou-se com a concessão de terras, pelo poder público federal a empresas privadas, que se deslocaram da região sul para comercializarem os lotes de terras (SANTOS, 1993), com os mecanismos próprios da especulação imobiliária. A apropriação das terras por esses imigrantes de diferentes regiões do país se deu por meio de incentivos ofertados pelo governo federal, no intento de distribuir a população, que estava concentrada nas regiões sul e sudeste, para ocupação e exploração dos espaços vazios⁷ da Amazônia e estratégia política de controle dos conflitos agrários. A noção de “espaços vazios” faz parte do léxico de legitimação das políticas de coloniza-

5. A Amazônia Legal compreende os Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Amapá, Roraima, parte norte do Mato Grosso e parte oeste do Maranhão de acordo com pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (ALMEIDA et al., 2010). Esta região tida como uma grande reserva da biodiversidade, tem sido alvo de políticas de expansão para a integração à economia nacional.

6. Na década de 1960, intensificam-se as migrações, com a abertura das estradas Cuiabá-Santarém (BR 163) e Cuiabá-Porto Velho (BR 364), as quais, cortando a Amazônia, proporcionaram a ligação entre os estados do Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas. A abertura dessas estradas foi considerada um dos mais importantes empreendimentos dos governos militares, a fim de integrar a região Centro-Sul à região Centro-Oeste e Norte, pois facilitou a penetração de grandes organizações empresariais que passaram a praticar a agricultura, a pecuária e a explorar minérios, fibras vegetais e alimentos. A abertura da BR-163 ocorreu a partir de 1971, como projeto que integrou as metas do Plano de Integração Nacional. A pavimentação asfáltica da rodovia foi concluída em 1984.

7. As áreas de fronteira ou as regiões denominadas de “espaços vazios” refletem uma estratégia geopolítica do Estado, com a preocupação que se caracterizava pela ausência dos arranjos dos espaços sociais contemporâneos. A questão central nesta retórica do “espaço vazio” é justificativa para a ocupação de regiões geográficas, com a expansão civilizatória e a integração territorial, tendo como base as noções constituintes das relações capitalistas de produção (IANNI, 1986): o homem, o capital e o trabalho.

ção e ou da implantação de projetos voltados à acumulação de capital, portanto, cumpre a função ideológica de invisibilizar e ou erradicar as comunidades e povos tradicionais ali existentes e seus territórios (SOUZA, 2004). O modelo de colonização proposto imprimiu nos migrantes o imaginário de primeiros habitantes desta região e que poderiam conquistar, dominar e explorar todos os abundantes recursos disponíveis.

Em Sinop, a empresa colonizadora viabilizou a infraestrutura dos núcleos com verbas financiadas por órgãos públicos, oferecendo ao colono os recursos para o desmatamento, preparo da terra e cultivo. Da mesma forma, os núcleos urbanos foram organizados com infraestrutura necessária para constituir a sede burocrática de assistência e domínio dos colonos e de sua produção, que contava com bancos, escolas, postos de saúde, igrejas, comércio de produtos e serviços. Picoli (2006, p. 64) destaca que o mesmo colonizador Ênio Pepino criou mais um núcleo urbano à beira da futura BR 163, o que chamou Sinop (o mesmo nome de sua empresa com sede no Paraná desde os anos de 1950): “com sua equipe, ele fundou, em 20 anos, 18 cidades. Além das várias criadas posteriormente a 1985, outras vieram em consequência dessa colonização.”

De acordo com Souza (2004), os lotes eram comercializados por etapas e, na medida em que ocorria a valorização da área, passavam a ser comercializados por valores mais elevados. A infraestrutura básica, composta de demarcação da área a ser colonizada e a construção de estradas, juntamente com uma infraestrutura social, constituída por escolas, igreja, postos de saúde e construção do perímetro urbano, perfaziam as exigências do órgão fiscalizador,

o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para a aprovação dos projetos de colonização das empresas. Nas atividades de cultivo da terra, as dificuldades vividas pelos migrantes, após se instalarem nas terras em Mato Grosso, referiam-se ao processo de sua reterritorialização, tais como problemas relacionados ao clima quente e úmido, às doenças, à mata de floresta densa e aos solos fracos que exigiam correção para o plantio.

Os protagonistas dessa frente de expansão, que se deslocaram em busca de novas oportunidades, introduziram mudanças na paisagem local regional sob os pontos de vista econômico, social e ambiental, permeadas por conflitos, constituindo um campo de disputas e contradições (MARTINS, 1997). A extração madeireira, garimpeira, agropecuária e o agronegócio impulsionaram a região a partir de um modelo de produção capitalista, gerando o desenvolvimento desigual e degradante. Essa face conflitiva está diretamente ligada ao uso da terra, à produção de alimentos, à distribuição de renda e à fixação da população no campo e na cidade.

Nesse sentido, os projetos de colonização fomentados pelo Estado e promovidos por empresas particulares, como é o caso de Sinop, representam obstáculos a uma efetiva distribuição de terras nos moldes da reforma agrária desenhada no Estatuto da Terra. No decorrer do processo há a intensificação da concentração de terras que envolve interesses em minimizar as tensões em áreas rurais do centro sul do país; a ocupação de extensas áreas do território, configurando-se como processo seletivo e excludente. Nesse processo, verifica-se a participação direta do Estado na transferência de terras ao capital,⁸ incentivando a concentração da terra, a especulação imobili-

liária e a exploração dos recursos naturais, as quais se justificam mediante o discurso de ocupação dos “espaços vazios.” Todavia, esse desenvolvimento se apresenta agressivo e prejudicial aos povos originários (índigenas e posseiros), expropriados de suas terras e explorados na sua força de trabalho. O processo de colonização e o modo capitalista de produção não reconhecem os direitos desses povos sobre seus territórios, são arrematados como mão-de-obra na produção agrícola e, quando não se enquadram nessa condição, formam o exército de desempregados e marginalizados nos centros urbanos das cidades.

O sistema de colonização foi aperfeiçoado, e, nele, o INCRA e as cooperativas de colonização propõem ações conjuntas no sentido de reassentar os camponeses transferidos ou atraídos para a região Amazônica. As cooperativas, nos processos de colonização, têm a função de

forçar os trabalhadores rurais a submeterem-se a uma organização burocrática, à margem do sindicato, para servir aos interesses dos fazendeiros, latifundiários e usineiros, nas épocas de maiores demandas de força de trabalho. (IANNI, 1984, p. 156).

As propostas de colonização inicialmente estiveram voltadas à produção familiar. Para Castro (2002), a pequena produção gera processos sociais relacionados à produção de mercadorias agrícolas e força de trabalho que levam à constituição de uma categoria social diferenciada das geradas pelo desenvolvimento capitalista.

Diz ele que:

a) as unidades de produção familiar operam na base do trabalho familiar, incorporando a dimensão dupla de produtores e consumidores de sua produção, viabilizando uma reprodução enquanto classe social; b) a produção camponesa se dá num contexto de pouca disponibilidade de terras, insuficiência dos demais recursos produtivos e condições ecológicas diversas; c) o processo produtivo é voltado parcialmente para a subsistência e parcialmente para o mercado; d) finalmente, as unidades camponesas dificilmente geram um processo significativo e continuado de acumulação de capital, em vista das condições objetivas dos mecanismos de articulação com o setor capitalista (CASTRO, 2002, p. 20-21).

Para Santos (1993), essa parceria entre poder público e órgãos privados na efetivação dos projetos de colonização particular concretiza-se sob um rigoroso controle sobre o espaço e os homens a fim de garantir o domínio político e econômico. Nesse contexto, concentraram-se em Mato Grosso, nas décadas de 1970 e 1980, vários programas para a implantação de projetos de colonização por meio de parcerias entre empresas privadas e órgãos públicos, tais como INCRA e Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), responsáveis pelo ordenamento e regulamentação das terras e aprovação dos projetos de colonização. A ação em conjunto com outros órgãos, como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia Brasileira de

8. Segundo Santos (1993), a política agrária do governo Geisel definiu as normas para legalizar a posse de terras devolutas apropriadas por particulares. A legalização a favor de grandes empresas particulares foi concedida através de uma resolução do Conselho de Segurança Nacional. “[...] esta resolução possibilitou a legalização fundiária de grandes extensões de terra que tinham sido apropriadas por particulares, certamente através de meios ilícitos, sem haver necessidade, daí em diante, de aprovação do Senado, como era previsto por lei até então.” (SANTOS, 1993, p. 56).

Armazenamento (CIBRAZEM), Banco do Brasil, prefeitura municipal e instituições religiosas deram à Colonizadora reconhecimento social como empresa idônea e de sucesso por ter oportunizado a realização de alocação de migrantes⁹ na fronteira agrícola da Amazônia Mato-grossense.

Os projetos de colonização conjunta entre o INCRA e as cooperativas emergem com a difusão e a propaganda do sucesso alcançado por esse tipo de colonização, como um processo de convencimento dos colonos que se encontravam em dificuldades no Sul do país, motivando o deslocamento de famílias para as regiões mato-grossenses. Esse fenômeno da migração pode ser explicado pelos seguintes motivos: primeiro, a expulsão de milhares de trabalhadores de suas propriedades devido à expansão da grande propriedade modernizada; segundo, a desarticulação da atividade cafeeira e da pequena propriedade com tradição na produção familiar; terceiro, fatores ligados aos processos mais gerais de transformação na estrutura agrária e nas relações econômicas entre produtores de mercadorias agrícolas.

Além desses motivos, muitos colonos aceitaram a transferência da região Sul para o estado de Mato Grosso, por acreditarem na proposta da colonização, na qual vislumbravam a oportunidade de se transformar em proprietários da terra ou ainda possibilidades de ampliar suas posses e almejar a garantia de terras para seus filhos. Outros, em-

bora discordassem das propostas feitas pelas empresas de colonização, questionando “por que investir no Mato Grosso e não no Sul?”, acabaram por vir também para a região, seduzidos pela publicidade sobre terras férteis em abundância e condições vantajosas de produção. Assim, através dos projetos de colonização se formaram municípios, entre eles, Sinop, Alta Floresta, Colíder e Canarana (CASTRO, 2002).

Segundo Souza (2004), houve um acelerado processo de implantação de núcleos urbanos os quais, em pouco tempo, tornaram-se municípios: de 61 municípios emancipados num determinado período (1970-1980) da história do estado, quase a metade resultou da colonização privada. Os núcleos urbanos, situados às margens da BR 163,¹⁰ foram os que auferiram expansão demográfica e urbana, por se encontrarem em local estratégico e rota de passagem. Entre os municípios que mais se expandiram do ponto de vista populacional e econômico estão: Alta Floresta, Colíder, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso e Sinop. Todavia, o modelo de colonização particular e as práticas sociais que decorrem dele são questionados por Schaefer (1985, p. 97), quando afirma que “a maneira pela qual a empresa particular de colonização se organiza em forma de cooperativa agropecuária, por imposição governamental, tende a transformar o colono num dependente dos caprichos e interesses da empresa.” No

9. Neste sentido, afirma Marques (2013, p. 91) “esse movimento correspondeu não menos às necessidades de reprodução social dos agricultores sulistas do que aos ensejos do Estado brasileiro, que através de políticas de estímulo a projetos colonizadores públicos e privados pretendeu atrair para regiões economicamente marginais migrantes dotados de um determinado perfil socioeconômico e cultural.”

10. No eixo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), somente no norte do MT destacam-se os projetos de colonização privada: Nova Mutum (Agropecuária Mutum S/A), Sorriso (Colonizadora Feliz) e Sinop (Colonizadora Sinop S/A), e, ainda sob a influência desta rodovia, os projetos de Alta Floresta (INDECO) e Colonizadora Liderança (COLÍDER).

entanto, tais medidas nem sempre surtiram os efeitos desejados: a falta de estrutura e as precárias condições de trabalho, acrescidas aos outros fatores, fizeram com que uma leva considerável de migrantes voltasse para a região Sul. E o autor insiste:

As condições de produção, preferência por determinadas culturas e a comercialização dos produtos passam a depender das condições estabelecidas pela empresa, acabando por se reproduzirem na nova situação as mesmas condições de exploração que estes colonos enfrentaram no Nordeste e no Centro-Sul do país (SCHAEFER, 1985, p. 97).

Como principal atividade econômica, incentivada num primeiro momento e desenvolvida pelos colonos instalados em Sinop, consta, além da atividade de extração da madeira, o cultivo do café e da mandioca (projeto Agroindustrial na produção de álcool¹¹) e a pecuária. O cultivo do café não prosperou devido às dificuldades de adaptação da cultura ao clima tropical.

A atividade econômica da extração e beneficiamento da madeira retirada da mata destaca-se em Sinop (REDIVO, Adriana; REDIVO, Arlete; SORNBERGER, 2010) quando atingindo o número de 150 serrarias na primeira década e, no auge, um total de 400 serrarias, na década de 1990.¹²

A ideologia dos colonizadores conseguiu agenciar mão de obra gratuita para arrasar a mata e abrir caminho para o agronegócio, fato que explica a necessidade das empresas colonizadoras em criar diferentes estratégias econômicas a fim de impedir o retorno dos pioneiros às suas regiões de origem (MARQUES, 2013).

Esse controle implicaria a atuação sobre as ações dos diferentes atores que comporiam o cenário aqui descrito e analisado, numa perspectiva de manter inalterado o real objetivo traçado para o processo de colonização, que era o de garantir as estruturas de posse legal da terra aos novos empreendedores capitalistas que foram ocupando os espaços de acordo com os interesses dos administradores que estavam no controle dos órgãos estatais. Para tanto, os espaços foram reconfigurados obedecendo aos imperativos do “progresso” e do desenvolvimento em projetos agropecuários, áreas de colonização, extrativismo, reservas ecológicas e reservas indígenas.

A colonização mato-grossense tem proporcionado significados ambíguos na formação da imagem e autoimagem dos migrantes. Em meio a este processo, eles assumem ora uma figura de desbravador, ora de destruidor de bens naturais com posicionamentos incompatíveis com as propostas

11. Conforme assinala uma pesquisa pioneira de Schaefer (1985), construiu-se, com financiamentos do Banco do Brasil e do Programa Pró-álcool, uma usina, a dez quilômetros da sede do município, a qual alcançou uma produção de 65 toneladas diárias de ração, equivalente a 50 toneladas de milho integral para movimentar a usina, juntamente com cerca de 20 toneladas diárias de lenha; apresentando uma produção diária de 150 mil litros de álcool, tendo a usina mercado para o consumo diário de 850 toneladas de mandioca.

12. Para uma leitura mais abrangente sobre o processo de colonização e desenvolvimento da região Norte do estado de Mato Grosso e o caso de Sinop, consultar a dissertação de mestrado de Natalício Pereira Lacerda, “Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia Mato-Grossense: caso Sinop”. Cáceres, Unemat, mestrado em ciências ambientais, 2008; e sua tese de doutoramento “Desenvolvimento, políticas públicas e a ocupação territorial na região norte mato-grossense”, Santa Cruz do Sul: Unisc, 2013. Ver também a dissertação de mestrado de Paulo Alberto dos Santos Vieira, “Colonização e desenvolvimento em Mato Grosso: o caso de Sinop”. Uberlândia, UFU, mestrado em economia, 2003. 182f.

de um nexu entre sociedade e natureza na perspectiva socioambiental para a região (SELUCHINESK, 2008). No imaginário do pioneiro, de acordo com Marques (2013), a mata virgem e seus perigos elegem-se como um desafio a ser vencido: a derrubada da mata significa “limpar” o espaço para a instauração da civilização. Oscilam entre a figura de herói ou de vilão.

2 Das florestas ao campo de conflitos socioambientais

O caráter de exploração comercial e capitalista da colonização promoveu a devastação ambiental. O processo Norte do Mato Grosso, com a finalidade de expandir a fronteira geográfica para a ocupação e povoamento, chega aos nossos dias a cumprir a função de expandir a fronteira agrícola do país. Torna-se importante fonte de matéria-prima e produção de alimentos para o abastecimento dos mercados interno e externo. Segundo Ianni (1986) e Cardoso (1977), as florestas, os cerrados e campos são alvos também da exploração realizada por empresas e pelo mercado internacional, o que leva o Estado brasileiro a desenvolver ações no sentido de afirmar sua soberania diante da exploração estrangeira, resultando em políticas que sugerem um novo ordenamento para o devassamento das florestas. A produção no campo, nessa perspectiva, abastece o mercado consumidor em expansão e se enquadra no modelo econômico que transforma a terra em mercadoria e subordina as diferentes formas de trabalho às exigências da produção capitalista.

Na medida em que os espaços vão sendo reordenados para se enquadrar à economia nacional, com uma ajuda substancial do Estado, são inseridas novas modalidades de trabalho, permitindo que haja uma arti-

culação entre o campo e a cidade. Segundo Ianni (1986), a expansão do capitalismo no campo ocorre, sobretudo, pela introdução de novas tecnologias aplicadas à produção. Esse processo de expansão do agronegócio favoreceu o surgimento de novas categorias sociais constituídas de especialistas, engenheiros agrônomos, administradores, supervisores e economistas. Por essa razão, o recente desenvolvimento da produção do agronegócio resulta da sobreposição do espaço da cidade, dos artefatos da indústria sobre o rural, da subserviência da agricultura à indústria química e às novas tecnologias. Por outro lado, nessa conformação, tem-se também o aumento de trabalhadores assalariados temporários que configuram uma nova categoria em substituição aos trabalhadores permanentes, aos peões e aos operários agrícolas, compondo o cenário de mutações das classes sociais que se erige sob o desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo. Isso pode explicar de alguma forma as manifestações e protestos urbanos na cidade de Sinop, por ocasião das ações de fiscalização ambiental ou das ações do Ministério Público e IBAMA em face da exploração da mata pelas madeireiras. A história de ocupação da Amazônia não está relacionada somente aos diferentes mecanismos de produção econômica impulsionada pelo mercado, mas a diferentes formas de os atores se relacionarem com o meio natural. “[...] a colonização é uma forma de produção do social num certo meio natural: é um verdadeiro processo social em si [...]” (SANTOS, 1993, p.13). Neste sentido, os conflitos socioambientais são constituídos por processos que envolvem lutas sociais em torno do acesso e uso dos recursos naturais.

A definição de conflito socioambiental, neste texto, aponta para as relações sociais que envolvem embates e tensões entre

grupos sociais em torno da apropriação e uso do meio social e natural, disputas associadas à interrelação do meio social com o meio físico. “[...] constituído por lutas sociais em torno do acesso e formas de uso dos bens materiais [...]” (CARVALHO, 2000, p. 60). Para a autora, muitos conflitos ambientais são expressos por lutas em torno dos bens materiais, a partir dos quais estão em disputa interesses públicos e privados sobre o patrimônio natural.

Martins (1997) aponta alguns elementos para compreender a realidade social da fronteira, referindo-se a ela como o lugar dos desencontros, tanto em relação ao outro quanto em relação à natureza, configurando-se como um local de disputas e conflitos próprios da constituição do social. A partir de uma nova sociabilidade, os migrantes são considerados vítimas, dominados e subjogados por quem explora a força de trabalho.

Para Carvalho (2000), os conflitos ambientais gerados pela desigual ocupação e apropriação dos espaços e pela distribuição também desigual dos recursos naturais podem ser reconhecidos e agrupados enquanto conflitos explícitos e implícitos, e classificados de três formas: como fundiários, que se referem ao uso e posse da terra, nos quais os atores reivindicam a legalização de títulos ou o acesso à posse e titulação; como conflitos gerados pelo direito à exploração dos bens naturais, que implica em questões dos impactos ambientais, como é o caso do desflorestamento, da monocultura e do uso de agrotóxicos; como questões ambientais associadas aos problemas urbanos de crescimento sem planejamento e à carência de estruturas de saneamento básico.

Os conflitos ambientais integram incertezas e inseguranças de uma modernização em crise, em que os atores sociais buscam e travam lutas nos diferentes espaços pú-

blicos, a fim de conquistar suas demandas, orientados por uma lógica em que procuram se afirmar a si mesmos com capacidade de decisão sobre o seu espaço. Segundo Touraine (2001), está em jogo é a capacidade de os atores se comportarem como sujeitos no sentido de traçar e de percorrer seu próprio caminho, de transformar sua história.

O dinamismo dos sujeitos atores é visto em termos culturais de confronto de valores e de reconhecimento nas diferenças. Nesse sentido, Souza (2006) explicita que as políticas contemporâneas são implementadas a partir dos atores que estão na constituição das demandas, por meio dos processos reivindicatórios. Portanto, a centralidade na construção das políticas públicas é a demanda, na qual os atores se mobilizam e lutam para institucionalizar a agenda de interesses em termos de ordenamento ou cuidado com os bens ambientais, que não se limita ao trabalho, à produção e à geração de divisas para a população local na ocupação territorial (LACERDA, 2013).

As reivindicações dos sujeitos mobilizam as questões sociais postas na esfera pública num determinado momento histórico, cultural, político e econômico. Na perspectiva dos conflitos gerados no processo de colonização, abrem as condições para que os excluídos do processo promovam um movimento de resistência, de revolta e protesto em que se fazem presentes lutas étnicas e sociais (MARTINS, 1997), proporcionando aos atores se defenderem dos ataques que ameaçam sua presença ou participação e sua capacidade de se perceberem como sujeitos integrados e participantes na produção do espaço e na atividade econômica. Para Santos (1993, p. 14), como processo social complexo, a colonização é conflitiva: são diversos os atores sociais e as forças sociais que dela participam,

cada qual com seus específicos interesses econômicos, suas decisões políticas e seus projetos.

Os conflitos, por sua vez, revelam também a luta entre atores, com diferentes posições sociais ocupadas na estrutura da economia agrária, pelo acesso à terra e aos bens produzidos nela. O mesmo autor afirma:

Por via de consequência, explode um conflito social: por haver grupos e forças sociais que se afrontam em torno de uma questão comum – a ocupação humana de novas terras no Brasil – e porque cada qual encara de modo diferente a forma social que esta ocupação vai tomar, o processo de colonização agrícola será necessariamente um fenômeno de tensão social, de dominação, como também de projetos sociais alternativos e até mesmo de lutas sociais e de sonhos de sociedade (SANTOS, 1993, p. 15).

Ao se analisarem as tensões e os conflitos sociais gerados nas relações sociais, que se estabelecem a partir da ocupação e exploração da terra e dos recursos naturais e da diversificação do trabalho para a produção e consumo dos bens e recursos gerados nesse processo, constata-se que as migrações internas e a colonização têm conexão direta com a expansão da fronteira de exploração capitalista dos bens naturais (VIERA, 2003). O que permite Picoli (2006, p. 79) referir-se à

estratégia capitalista implantada na região, pela qual se fez-se necessário transformar os povos originários em mercadoria, que venha a vender sua força de trabalho aos projetos ali existentes, mesmo que esses projetos se instalem em suas próprias terras.

São inúmeros os conflitos e tensões geradas no processo de ocupação da Amazônia,

o qual envolve diferentes interesses quanto à exploração dos recursos naturais. Esses conflitos compõem o horizonte do diagnóstico para compreender como o capital, ao investir em políticas de expansão, insere a região num projeto econômico que resulta na subordinação do homem e da natureza a um sistema perverso de desenvolvimento. Nas palavras de Picoli (2006, p. 79):

O processo de colonização da Amazônia nas últimas décadas foi realizado de forma extensiva, agressiva e repressiva, pois foi promovido pela burguesia nacional e internacional, apoiados (sic) pelo Estado brasileiro, dizimando grande quantidade dos povos originários.

No contexto da integração da Amazônia, os conflitos e as tensões resultantes da ocupação desses espaços, da apropriação dos recursos naturais e das relações sociais que se estabelecem, são a expressão da luta por justiça social no que diz respeito à posse da terra e à organização democrática das relações econômicas e políticas. A interferência voltada para interesses econômicos promoveu a devastação ambiental em termos de agressão à biosfera e alteração dos ecossistemas, modificando a dinâmica do meio ambiente. Nesse processo, a região comporta hoje grandes áreas de florestas e de cerrados devastados de forma irreversível, acarretando grande ônus ecológico e social.

A exploração dos recursos naturais na Amazônia, em seus diversos ciclos, de extração mineral, vegetal e fase agropecuária, que propiciou o desenvolvimento, mostrou-se um processo incontestavelmente contraditório, envolvendo interesses estritamente econômicos de apropriação dos bens naturais, desconsiderando peculiaridades do ecossistema e a possibilidade de relacionamentos diversos, como requer o artigo 225 da Constituição Federal. As consequências

do uso predatório da natureza, sem a devida atenção à capacidade de reposição do ecossistema, bem como a permanência da exploração do homem pelo homem resultam em altos custos sociais e ecológicos.

Entre os migrantes também figuravam professores/as, como trabalhadores assalariados no espaço urbano e rural; para a implantação do sistema de ensino, instituíram-se como força social e política de legitimação do empreendimento, mas sendo-lhes negada a “terra de negócio” do capital (CUNHA, 2010). As posições políticas da empresa colonizadora e os antagonismos de classes sociais permeiam a disputa pela orientação na institucionalização do ensino em conformidade com a reprodução do capital e da dominação política.

Nos últimos anos, as ações dos órgãos ambientais, no sentido de aplicar a legislação, juntamente com a criação de políticas de recuperação de áreas degradadas para a contenção do desmatamento e das queimadas, tem se intensificado na região norte do estado de Mato Grosso. Houve incentivos para as iniciativas de reposição florestal, manejo florestal sustentável e recuperação de nascentes, considerados alternativas importantes para a permanência das atividades de exploração da madeira, reduzindo as agressões à natureza.

Em 2009, o Estado aprova o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQ) que apresenta alguns números da produção agropecuária no estado. Esse plano aponta para uma expansão das áreas de produção de grãos e da criação de gado sobre os biomas da floresta Amazônica e do cerrado, registrando índices de produtividade crescentes entre as décadas de 1990 e 2000. A área plantada de soja em Mato Grosso, nesse período, cresceu de 15 mil Km² para 29 mil Km², e, entre os

anos de 2000 e 2005 manteve o ritmo de crescimento, atingindo 61 mil Km². O rebanho bovino, da mesma forma, teve crescimento acelerado no período 1999 a 2005, saltando de nove para 27 milhões de cabeças, mantendo o índice nos anos seguintes, com pequena oscilação (RODRIGUES; OLIVEIRA, 2010).

Os instrumentos e medidas criadas para conter o desmatamento e as demais questões ligadas à degradação dos recursos naturais são considerados recentes no estado. Só a partir de 1999 foi criado o sistema de controle e monitoramento dos desmatamentos em propriedades rurais e, em 2008, implantado o sistema de monitoramento das queimadas por meio da tecnologia de satélite. No entanto, tais medidas não concretizam um projeto de sustentabilidade socioambiental, uma vez que o ambiente não é composto somente de objetos materiais ameaçados de esgotamento. Ele é perpassado por relações socioculturais e interesses diferenciados (ACSELRAD, 2005). Além das atividades madeireiras e do agronegócio, há diversos outros interesses que envolvem o uso dos recursos naturais, como a pesca para os ribeirinhos, a diversidade da flora e fauna para os povos tradicionais e indígenas, a resistência de pequenos agricultores ao avanço da monocultura, que estabelecem interações em que a natureza não é vista unicamente como fonte de riqueza e negócios econômicos, mas como fonte por meio da qual constroem sua identidade e preservam suas relações socioculturais.

Evidenciando conflitos e contradições que resultam da exploração dos recursos naturais, em que a natureza é vista unicamente como fonte de riqueza, salientam-se como dados da pesquisa algumas situações que demonstram o confronto gerado a partir da aplicação da legislação ambiental,

vista pelos empreendimentos capitalistas como entrave ao desenvolvimento. Este autodenominado “setor produtivo”, em uma autorrepresentação de capitalistas empreendedores, pretende projetar a imagem de produtores de bens a partir de recursos naturais e não como expropriadores do valor excedente produzido a partir da força de trabalho e da tecnologia.

Sinop e outros municípios da região Norte do estado de Mato Grosso foram alvo de operações¹³ desenvolvidas pela Polícia Federal, em conjunto com o IBAMA e o Ministério da Justiça, no combate à corrupção ligada a crimes ambientais, tendo como foco as atividades ilegais de extração e comercialização de madeira.

Em 2005, ocorreu a “operação Curupira”, montada com base em denúncias de crimes ambientais com o envolvimento da superintendência do IBAMA no estado em ações de desmatamento e exploração ilegal de áreas da Amazônia.¹⁴ Na ocasião, foram expedidos 129 mandados de prisão contra empresários e servidores públicos do órgão fiscalizador. As investigações apontaram que os crimes e as irregularidades na exploração dos recursos naturais vinham sendo cometidas há mais de uma década na região e incluíam emissão de laudos de

vistoria falsos, a exploração de madeiras em áreas proibidas, bem como adulteração e falsificação de ATPF,¹⁵ entre outras irregularidades. Dados do Ministério da Justiça sobre as investigações procedidas pela Polícia Federal na operação Curupira identificaram a existência de 431 empresas fantasmas cadastradas no IBAMA. Ainda de acordo com a fonte, o volume de madeira fraudada atinge dois milhões de metros cúbicos, o equivalente a 76 mil caminhões que, enfileirados, cobririam a distância entre Brasília e Rio de Janeiro (em torno de 1,2 mil quilômetros), de acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2008, nova operação foi realizada, a fim de conter o desmatamento na Amazônia. Dessa vez, denominada “operação Arco de Fogo”, foi desencadeada pela Polícia Federal nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, com a finalidade de combater a extração e comercialização ilegal de madeira.¹⁶ As ações eram voltadas para a apreensão de madeira, caminhões, motosserras e destruição de fornos de carvão. Foram presas 86 pessoas e instaurados 124 processos por delitos ambientais. A ação do Estado no controle do processo de devastação da Amazônia envolvendo a força policial repercutiu de forma negativa na opinião pú-

13. O prefeito Nilson Leitão, em 2008, declarou: “Tivemos cinco operações da Polícia Federal em Sinop. Destas, quatro foram na área ambiental. Isso prejudicou muito a economia local. No entanto, mantivemos os números de desenvolvimento [...]” Em 2007, o município registrou a chegada de 600 novas empresas, o aumento de pelo menos 8% nos postos de trabalho do setor comercial e 18% na área de construção civil. Disponível em: <www.sicme.mt.gov.br>. Acesso em maio. 2014.

14. Por mais que tenham tido relevância, as entrevistas realizadas junto ao IBAMA, às secretarias do meio ambiente do Estado e do município, entre outros agentes, vige, em meio a um jogo político acirrado e aos conflitos, um clima de constrangimento que dificultou que os pesquisadores obtivessem a usual gravação dos pronunciamentos e, dessa forma, pudessem citar as fontes primárias.

15. Autorização de Transporte de Produto Florestal, que, em 2006, foi substituída pelo Documento de Origem Florestal (DOF).

16. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Operação da Polícia Federal no combate a corrupção ligada a crimes ambientais. Brasília, DF, 2005. Acesso em: 4 nov. 2012.

blica e de maneira efetiva na economia dos municípios que foram alvos das operações. O fechamento de madeireiras que operavam de forma irregular elevou o índice de desemprego nos municípios atingidos. A penalização das infrações é um dos mecanismos de controle ou instrumentos regulatórios e, de acordo com Cunha e Guerra (2009), constituem políticas regulatórias materializadas por meio da edição de lei específica para regulamentar o uso e acesso aos recursos naturais.

A observação do tratamento dado às questões ambientais no processo de colonização de Sinop e na consolidação da cidade ao longo das últimas duas décadas (como referência após a Rio-92) permite compreender e explicitar as contradições que mediaram a ação dos atores sociais e aludir ao jogo das correlações de força quanto às políticas públicas. A centralidade da exploração dos bens naturais foi sustentada pelo movimento de migração e a subordinação de trabalhadores demonstra que a colonização de Sinop na Amazônia Legal figurou como empreendimento capitalista, isto é, um espaço demarcado pelo e para o processo de acumulação e reprodução do capital.

3 As políticas públicas e conflitos socioambientais do norte do mato grosso

Os bens ambientais são compartilhados por diferentes formas de vida, isto é, a biodiversidade, o que faz com que se pensem os problemas ambientais numa dimensão ecossistêmica. Assim, pode-se afirmar que as consequências de um dano ambiental em nível local, como a poluição ou a destruição de floresta, são capazes de transpor os limites espaciais e temporais, políticos e sociais, tomando uma maior abrangência. Podemos apontar aqui o aspecto das mudanças nos

recursos hídricos e da biodiversidade provocadas pela retirada das matas, que constitui argumento a favor da abordagem interdisciplinar para compreender a complexidade das questões ambientais (LEFF, 2009).

As políticas ambientais podem apresentar-se como mecanismos pelos quais se projeta a busca da redução dos impactos das ações humanas sobre o meio ambiente, e a resolução de conflitos resultantes das diversas formas de ocupação dos espaços e de uso de seus bens naturais. Para a definição de política pública ambiental, tomamos como referência que ela define um conjunto de metas e instrumentos que visam reduzir os impactos negativos da ação antrópica sobre o ambiente. De outro modo, considerando as contradições sociais, as políticas ambientais, um sem-número de pesquisas empíricas, demonstram em diversos casos o aprofundamento os impactos ambientais e acirram os conflitos.

A política pública usualmente é considerada como resultado e como instrumento no qual se insere a temática ambiental na esfera institucional, promovendo mudanças nas formas de pensar, nos estilos de vida e nas práticas socioambientais. Observando a realidade de Sinop, alarga-se a relevância da compreensão de como as políticas ambientais atuam diante da problemática dos conflitos ambientais ou como podem ser negociados e regulados por instituições políticas.

A relação com o meio ambiente é uma prática social, seja de reconhecimento da natureza como fonte de recursos naturais para suprimento de suas necessidades biológicas e enquanto espaço para constituir relações sociais, seja por meio da capacidade de dominação e de exploração de todas as performances. Na medida em que se criam estrategicamente novas necessidades de consumo, se estabelece que as práticas

sociais intencionais ou não intencionais acabam produzindo transformações ambientais. Essas mudanças nas questões ambientais apontam para uma exaustão ou uso além da capacidade de regeneração, acelerada pela busca intensa por matéria-prima para a produção de bens de consumo visando o atendimento de crescentes necessidades, reais e imaginárias, a ponto de provocar um colapso ou uma sobrecarga na capacidade de suporte das fontes de recursos naturais do ecossistema.

Os problemas ambientais de Mato Grosso e de Sinop resumem-se na degradação, exploração dos bens naturais, também poluição dos mananciais, ausência de saneamento básico, inundação urbana, inexistência de coleta de esgoto, uso intensivo de defensivos agrícolas e deposição indiscriminada e errônea de resíduos em locais inapropriados. As potencialidades econômicas mantêm relação tensionada com uma perspectiva de uso racional ou preservação dos ecossistemas existentes. De acordo com Garcia, (2011) as instituições políticas e as diferentes organizações da sociedade civil possuem o alargado desafio de inserir o território num projeto de sustentabilidade em face da complexidade da questão ambiental¹⁷ ou um novo paradigma para compreender o processo da sociedade em curso (TOURAINÉ, 2001).

Fazer frente aos problemas ambientais mato-grossenses por meio de políticas públicas exige negociações entre os diversos

setores econômicos e grupos sociais, no sentido de estruturar uma gestão ambiental que indique o uso adequado dos diferentes ecossistemas, respeitando as características e peculiaridades da biodiversidade. Esses elementos permitirão construir as diretrizes que visam a readequar o uso e ocupação do meio de forma que venha minimizar os impactos e alterações provocadas pelo processo de colonização.

As questões ambientais, como objeto das políticas públicas, possuem uma trajetória perturbada na região de Sinop na ocupação territorial, por diversas razões, em parte já destacadas (LACERDA, 2013). Em especial, vigora um distanciamento entre o curso dos acontecimentos de rapinagem do patrimônio ambiental e configuração da legislação de preservação. No seu conjunto, a lei orgânica do município de Sinop possui um capítulo sobre meio ambiente e outro sobre recursos hídricos, isto é, de forma inequívoca, a questão ambiental é afirmada no ordenamento jurídico.

Por sua vez, a proposição de ações ambientais está claramente afirmada no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Sinop.¹⁸ Apesar de todo este ordenamento jurídico, endossado pelo poder público municipal, o Ministério Público do Estado do Mato Grosso, em 11 de março de 2011, notificou o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sinop (SAAES) para que apresente um projeto de saneamento básico (no prazo de 45 dias) visando à implantação da rede

17. De acordo com Jacobi (2003, p. 191), “[...] a necessidade de abordar o tema da complexidade ambiental decorre da percepção sobre o incipiente processo de reflexão acerca das práticas existentes e das múltiplas possibilidades de, ao pensar a realidade de modo complexo, defini-la como uma nova racionalidade e um espaço onde se articulam natureza, técnica e cultura. Refletir sobre a complexidade ambiental abre uma estimulante oportunidade para compreender a gestação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza.”

18. Este foi instituído por lei municipal em 18/12/2006, que, no Art. 76, inciso VII, afirma: “A implantação de programas de Educação Ambiental, integrando ações governamentais e não governamentais.”

coletora de esgoto sanitário e à construção de uma estação de tratamento. Até o momento, são depositados em fossas sépticas os detritos domésticos e industriais produzidos, existindo três empresas de serviços de limpeza de fossas no município, mas nenhuma possui licença ou estação de tratamento.

O zoneamento ambiental possui como mote integrar informações ambientais e geopolíticas, com decodificação para ser referência para conduzir o planejamento das atividades de empreendimentos econômicos e políticos de uso racional de bens naturais. A longa trajetória (1989 a 2009) de esforços e de tensionamentos múltiplos para instituir a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso parecem reveladores da luta política, da dispersão ou dos entraves políticos interessados, das negociações e costuras políticas, da árdua composição de forças e interesses divergentes. Do ponto de vista das ciências sociais, a velocidade de trâmites institucionais e o teor de textos da legislação tendem a ser explicados pela correlação de forças entre os interessados, com seus recursos e estratégias.

O Zoneamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE) teve seu processo de construção iniciado em 1989 e concluído em 2002 e encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado. Em 2005, ainda sem aprovação, o projeto é encaminhado para análises técnicas das secretarias de estado Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) e Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) que finalizaram a proposta e, em seguida, a encaminharam para a comissão estadual composta por 47 entidades públicas e privadas, em 2008 (OLIVEIRA, 2009). Nos anos de 2008 e 2009, esse Projeto de Lei foi submetido à apreciação em consulta pública, visando

angariar legitimação social e política. No mesmo contexto, foram realizados seminários e audiências públicas em diferentes regiões do Estado a fim de consultar a sociedade sobre o projeto. Entretanto, como era de caráter consultivo, não havia por parte dos proponentes o compromisso de acatar as deliberações das plenárias. As audiências públicas, na maioria das vezes, foram marcadas por tensões e tentativas de coação e intimidação, por meio de ameaças e violência verbal por parte de representantes das empresas aos partícipes dos movimentos sociais (Carta do Fórum Popular - ZSEE-MT, 2010).

Do ponto de vista das ciências sociais, numa perspectiva de compreender o empoderamento dos atores sociais, consideram-se relevantes esses instrumentos, porém de baixa eficácia, uma vez que não têm garantido a participação efetiva em termos de proposições dos membros dos diferentes grupos sociais que compõem a diversidade social, econômica e cultural do estado de Mato Grosso (Carta do Fórum Popular sobre o ZSEE-MT). A partir do texto original, elaborado pela comissão especial do zoneamento, seguiram-se dois substitutivos, elaborados por lideranças partidárias que introduziram significativas mudanças no texto principal, desconsiderando os estudos técnicos, as audiências públicas e a participação da sociedade civil. Em 2010, outro substitutivo é aprovado em primeira instância pela Assembleia Legislativa do Estado, criando uma situação de impasse e vários protestos de setores da sociedade civil e movimentos sociais. As críticas ao projeto aprovado se devem à acusação de inconsistências técnicas; à dissonância com outros encaminhamentos de políticas públicas ambientais; a inobservância das normas regimentais na questão da lisura e transparência; por fim,

nitidamente, ao favorecimento do setor do agronegócio no estado.

O processo de construção do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso reflete a dinâmica conflitiva que envolve interesses econômicos, políticos, culturais e ambientais, em torno do uso do território e exploração de seus bens naturais (IANNI, 1984; SANTOS, 1993). Os antagonismos que dão a tônica do conflito são compostos por diferentes grupos sociais presentes no estado, tais como, o empresariado, agropecuaristas, ecologistas, povos indígenas, quilombolas, agricultores familiares, entre outros grupos que lutam por direitos individuais e coletivos de usufruir dos bens naturais de maneira mais universal. Grupos minoritários urbanos e movimentos sociais reivindicam um zoneamento ecológico e econômico no qual se sintam coparticipantes diretos. Além disso, as intervenções pretendem a elaboração de uma proposta que supere a visão de sustentabilidade baseada nos aspectos de reordenamento físico-territoriais, os quais denotam uma visão dicotômica dos defensores da industrialização, resultando na separação entre natureza e cultura. É provável que, nessas poucas décadas, os colonizadores passassem por diversas transformações no seu conhecimento e apreensão da realidade em movimento, com novos significados tanto em relação às suas ideias quanto às suas ações.

Nas suas representações sociais de propriedade, trabalho, religião, educação, meio ambiente e desenvolvimento, mesmo alteradas pelas novas informações, ainda não demonstraram que eles seriam coerentes com um desenvolvimento sustentável, porque veem a preocupação como o meio ambiente como um entrave ao desenvolvimento (SELUCHINESK, 2008, p. 8).

A partir da mobilização dos atores em

torno de questões ambientais, é possível iniciar um processo de desconstrução da racionalidade capitalista ancorada em princípios da economia de mercado e construir uma racionalidade social e alternativa que envolva um conjunto de significações, normas, valores, interesses e ações socioculturais numa perspectiva de reapropriação da natureza (LEFF, 2009). O confronto de diferentes interesses, valores e potenciais de diferentes atores e grupos sociais em torno de questões ambientais revela as contradições entre a lógica do capital e as leis biológicas ou a vitalidade dos ecossistemas. Nesse sentido, os conflitos se constituem como resistência à ideologia do desenvolvimento sustentável, que vê os problemas ambientais como externalidades que podem facilmente ser corrigidas através do uso de tecnologias. A resistência está em impedir que a natureza represente uma realidade externa à sociedade e às relações sociais.

Do ponto de vista sociológico, entende-se que as políticas ambientais ambicionam orientar os cidadãos para a busca de uma compatibilização dos usos dos múltiplos bens naturais em face de um alicerce para a construção da cidadania, para a atual e as gerações futuras. Portanto, cabe aos órgãos ambientais tanto nas esferas federais quanto estaduais e municipais agenciar a resolução de conflitos e gerenciar prioridades sociais, em uma ótica política que garanta os direitos e o bem-estar do cidadão, já previstos na Constituição, como parâmetros básicos.

Os dados levantados expressam que a problemática ambiental local tem sido objeto de debate por parte de políticas ambientais, que geram ações no sentido de minimizar seus efeitos sobre os indivíduos e os bens naturais. No entanto, percebe-se que são ações pontuais e localizadas, limitando-se a combater os efeitos da degradação

ambiental ou proposições de mitigação, sem haver um comprometimento com o questionamento das causas. Diante desse fato, entende-se que tais características se aproximam de um enquadramento conservador, isto é, tendem a manter os mecanismos de reprodução das relações sociais; ratificam a estrutura de uma sociedade hierarquizada em que os interesses da classe hegemônica se sobrepõem aos da coletividade; deixam de questionar os fatores fundamentais que vêm gerando os conflitos socioambientais e dizimando a biodiversidade.

Os problemas ambientais no contexto urbano têm se avolumado na dimensão dos impactos que produzem, sem a devida responsabilização dos setores públicos responsáveis pela sua resolução. No âmbito municipal, constatou-se que uma gestão eficiente das cidades esbarra nos trâmites burocráticos, com a retórica da falta de recursos financeiros e na ausência de efetivação de políticas públicas minimizadoras ou preventivas, contribuindo para o agravamento da degradação do ecossistema. Todavia, em meio às lacunas, verificou-se que o poder público municipal tem implantado programas de educação para a gestão, como ações de educação para a gestão da cidade, educação para a gestão da saúde e trânsito. Além disso, nota-se que as ações estão quase que totalmente restritas ao ensino informal. Há, portanto, uma inoperância, no sentido de estabelecer a conexão entre o processo de gestão ambiental da cidade e o ensino formal. Nesse sentido, as políticas ambientais podem assumir o papel de canais a partir dos quais se promovem as negociações, por meio de mecanismos de expressão política e de estratégias, na bus-

ca de uma sociedade que tenha como base a perspectiva sustentável.

4 Consumo e resíduos sólidos: poluição hídrica e saneamento básico

A área urbana de Sinop concentra os diferentes aspectos da agressão ao meio ambiente. A maioria dos problemas ambientais urbanos está relacionada à falta de infraestrutura de acesso aos serviços básicos, como esgotamento sanitário, água tratada, coleta e tratamento de resíduos sólidos, além da poluição do ar. A ausência de serviços de coleta e o destino inadequado dado ao lixo doméstico, industrial e hospitalar constituem-se a problemática a ser equacionada com a adesão dos cidadãos às exigências de práticas sociais e ambientalmente adequadas. Os impactos relacionados a esta questão são a contaminação hídrica e a poluição atmosférica, mas isso não ocorre por falta de recomendações de acordos intergovernamentais e da legislação ambiental nacional e local.

Com relação à mata, a cidade ainda preserva algumas reservas e parques onde a vegetação se encontra conservada, mas nem todas são áreas de domínio público, verificando-se que, paulatinamente, estão sendo transformadas em loteamento imobiliário, adicionando degradação às nascentes e aos córregos que cortam a cidade. Há um total de 12 reservas localizadas no perímetro urbano do município, entre as quais se destacam como áreas de preservação permanente¹⁹: R1 e R2, cortadas pelo Córrego Nilza; R3 comporta um viveiro de mudas da administração municipal; R7 é cortada pelo Córrego Marlene; R10 e R11 foram transformadas em par-

19. Conforme artigo 226 da lei Orgânica Municipal Sinop.

que florestal e a R12 que abriga o Córrego Iva. (COLONIZADORA SINOP, 2011). No sentido de proporcionar melhor acesso do cidadão às áreas verdes da cidade, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade tem trabalhado na recuperação, paisagismo e urbanização de reservas florestais.

Esses elementos conformam um conflito socioambiental na medida em que a natureza é submetida a um processo de devastação e de concentração fundiária, conforme a dimensão empírica das ocorrências de disputas entre agentes em condições territorializadas. As riquezas produzidas pela grande propriedade não são distribuídas com equidade, o que vem favorecer a concentração da terra, a expulsão do pequeno produtor de sua propriedade e o acirramento dos problemas sociais. A utilização das áreas verdes urbanas possui significados diferenciados, para ecologistas e empreendedores, pois estes últimos também podem requerê-las uma vez que um empreendimento imobiliário é valorizado na proximidade.

O MMA criou o Programa Brasil Joga Limpo em 1999, com o objetivo de reduzir a geração do lixo, melhorar e aumentar sua coleta, garantindo uma disposição final adequada e o Programa Nacional Lixo e Cidadania, criado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF/MMA) em 1999 com a finalidade de incentivar programas de coleta seletiva, erradicar lixões e inserir em um contexto social pessoas que convivem e sobrevivem dos lixões. Em 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos

Sólidos, que determina os princípios, instrumentos e metas adotadas para a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.

O engendramento de hábitos de consumo, por meio da publicidade, em consonância com a lógica da acumulação de capital de produtos industrializados, gera a problemática dos resíduos sólidos de diferentes tipos e com longevidade para a sua reintegração à natureza, como plásticos e metais, quando não produtos químicos contaminantes. Essa problemática se intensifica com o descarte desses resíduos às margens de estradas, em terrenos baldios, rios, o que leva a inumeráveis riscos e impactos, entre os quais à enchentes e à proliferação de doenças. A gestão dos resíduos sólidos, cabe lembrar, é de competência dos governos estaduais e municipais, bem como a obrigação de promover ações no sentido de definir locais adequados para seu descarte. Não por último, é de sua competência prestar orientações de cunho educativo à população que contribuam com a sustentabilidade ambiental.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2000, revelam que, no Estado do Mato Grosso, eram coletadas 2.163 toneladas de lixo por dia, sendo que 877,10 possuem destinação final nos terrenos a céu aberto, ou lixões.²⁰ Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 do IBGE revelaram que 100% dos municípios do Estado possuem algum tipo de serviço de manejo de resíduos sólidos;

20. No tocante aos resíduos sólidos, Mato Grosso apresenta altos índices de contaminação do solo por depósito e estocagem de praguicidas em áreas agrícolas, sendo que o descarte e destinação correta das embalagens também é um aspecto a ser considerado. A Secretaria de Vigilância em Saúde e o Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade do Solo (SVS -SISSOLO) identificou em Mato Grosso, no período de 2004 a 2008, 220 áreas de solo contaminado, com uma estimativa de 111.650 habitantes potencialmente expostos a contaminantes químicos. A maior parte das áreas cadastradas (47) como depósitos de agrotó-

destes, apenas três (27%) da população dispõem do serviço de coleta seletiva. Os problemas acarretados ao ambiente e à saúde humana por falta de infraestrutura para o recolhimento, destinação e tratamento do lixo e dos resíduos sólidos são a contaminação das fontes de água por meio do chorume, a produção do gás metano, a proliferação de vetores responsáveis por doenças, entre outros danos ambientais de interferência na regulação dos ecossistemas naturais.

No município de Sinop, a coleta é primária ou apenas para proporcionar asseio em determinado território²¹ em detrimento de outros mais periféricos, pois, em 2010, estava em discussão a recomendação de reutilizar ou de reciclar. Os resíduos são depositados em um aterro controlado, próximo à área urbana da cidade, aquém da possibilidade de reaproveitamento de resíduos para diferentes finalidades. Com o crescimento da cidade, há também um acúmulo crescente de resíduos das indústrias e hospitais que necessitam de coleta e tratamento específicos. Hoje, com aproximadamente 114 mil habitantes, Sinop – a quarta cidade em população no estado – necessita se adequar às normas ambientais com relação ao manejo dos resíduos sólidos, que, ao serem depositados em valas, acarretam a degradação do solo, a infiltração de poluentes no lençol freático comprometendo a qualidade da água, e o aumento da proliferação de vetores expondo a população a doenças.

Uma alternativa viável para que se reduzam as áreas e o volume de resíduos

nos lixões ou aterros sanitários seria, por exemplo, incentivar o reaproveitamento e a reciclagem dos resíduos sólidos e a transformação do lixo orgânico em adubo natural. Entretanto, essas ações dependem do engajamento dos órgãos governamentais para propor políticas públicas e iniciativas de caráter educativo a fim de sensibilizar a população no tocante a sua cooperação na problemática. Trata-se de maior empenho do poder público, ainda não claramente explicitado pelos órgãos públicos municipais de Sinop, na destinação de recursos e na formação de gestores para a viabilização de programas e projetos de educação ambiental. Além disso, parece evidenciada a necessidade de incentivar e promover a organização de cooperativas e associações de catadores.

A urbanização abre a possível intervenção sobre os lençóis freáticos, os recursos hídricos, a retirada de vegetação, assim como a produção de resíduos e poluição do ar. Ao mesmo tempo em que representa progresso e é considerado o centro político e administrativo do capital, a cidade produz a artificialização da natureza e, conseqüentemente, imprime ao ambiente natural algum nível de degradação. A concentração de empreendimentos comerciais e industriais em áreas urbanas, que apresentam um potencial de poluição por descarte de efluentes líquidos e que não possuem mecanismos de tratamento que se enquadram nas leis ambientais, pode transformar-se em ameaça aos recursos hídricos.

xicos (SVS - SISOLO, 2010). Tanto a população quanto os bens naturais, vegetação, solo, água e animais se encontram vulneráveis e expostos a riscos advindos do uso desses produtos.

21. Em outra agenda de pesquisa, seria possível considerar e mostrar o perfil da distribuição espacial dos serviços de coleta de lixo, assim como o da distribuição espacial dos locais de concentração do depósito dos resíduos. Desta forma, haveria condições de verificar situações de “injustiça ambiental” e, se a partir destas circunstâncias, emergem conflitos ambientais.

A poluição hídrica é caracterizada pela contaminação da água provocada pelo lançamento do esgotamento sanitário doméstico e de efluentes de indústrias e empreendimentos comerciais nos rios, córregos e pela contaminação do lençol freático (águas superficiais ou subterrâneas). Os impactos ambientais relacionados à poluição hídrica são o comprometimento dos ecossistemas naturais e, na saúde, estão relacionados ao aumento de problemas como as doenças de veiculação hídrica. Em Sinop, a situação de planície favorece a que, no período chuvoso, o lençol freático seja contaminado pelos resíduos urbanos.

A infraestrutura insuficiente das cidades brasileiras é uma realidade persistente, e a falta de esgotamento sanitário parece o mais grave para a contaminação das águas doces. Apenas 20% das cidades matogrossenses possuem algum tipo de serviço de coleta e tratamento de esgoto (IBGE, 2008). Sobre a gestão dos serviços de saneamento básico em Mato Grosso, existem as importantes contribuições de pesquisadores em políticas públicas no mapeamento das tendências de reestruturação do setor, a fim de identificar as estratégias adotadas pelos estados para a oferta dos serviços. Como parte das propostas de um programa de reformas estruturais em meados dos anos 1980, Arretche (1996) aborda a descentralização, a universalização e a regionalização dos programas nacionais de saneamento e habitação na retórica de ser capaz de universalizar o atendimento à população.

Para Mato Grosso, a reforma representou a devolução da gestão do estado, que, até 1996, era de responsabilidade do órgão estadual Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso (SANEMAT), para os municípios que passaram a criar seus

próprios sistemas de água e esgoto por meio de consórcios municipais ou a contratação dos serviços de empresas privadas (SOUZA, 2008). A municipalização da gestão dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e de coleta de esgotos reflete um descomprometimento do Estado, sobretudo no que diz respeito à universalização dos serviços, pois os municípios pequenos e mais isolados, e com baixa arrecadação, teriam difíceis condições financeiras para contratar os serviços ou para criar seus próprios sistemas. Além disso, com o poder de decisão nas mãos dos gestores municipais, a oferta de serviços de esgotamento sanitário, que requer maiores investimentos, tem sido protelada, constituindo-se pauta de acordos e negociações políticas.

Entre as políticas nacionais de recursos hídricos e saneamento, destaca-se a criação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SNGRH) – Lei 9.433, de 1997, que visava a introduzir novos instrumentos e mecanismos de gestão devido à constatação de impactos ou deficiências na gestão dos recursos hídricos e ambientais; a do Projeto Qualidade das Águas (PQA) e Controle da Poluição Hídrica, de 1995, com a finalidade de apoiar de forma técnica e financeira o preparo de programas de investimento destinados ao saneamento. Em meados da década de 1980, por um processo de descentralização de políticas públicas de saneamento, os serviços deixaram de ser responsabilidade direta do governo federal. A esse processo Arretche (1996) denomina “reforma sem reforma”, ou tentativa de “implementação de reformas estruturais de sistemas”, pois tais estratégias implicam incertezas quanto à preservação do interesse público e à realização das metas de universalização dos serviços.

O município de Sinop não possui redes coletoras de esgoto²², todos os dejetos são depositados em poço negro ou fossas sépticas, favorecendo a contaminação do solo e do lençol freático, elevando o índice de doenças relacionadas ao consumo de água não tratada. Numa cidade do porte de Sinop, a ausência de rede coletora do esgoto doméstico inevitavelmente contamina o lençol freático, razão pela qual as águas superficiais em todo perímetro urbano se tornam impróprias para consumo humano. A implantação de redes coletoras e de tratamento de esgoto ainda se encontra em estudo.

Com relação ao abastecimento de água no município, há por parte dos órgãos ambientais a preocupação com a preservação e recuperação de nascentes e córregos urbanos degradados pelo desmatamento e atividades comerciais. Nesse aspecto, é necessário o planejamento tanto para as medidas de conservação quanto para a capacidade de suporte do recurso água, uma vez que a população vem crescendo, evitando assim a escassez no futuro.

A situação das águas subterrâneas da zona urbana do município de Sinop constitui um aspecto ambiental relevante, pois exclusivamente águas subterrâneas abastecem a população acima de 100.000 habitantes. A região está inserida no Sistema Aquífero Parecis, com potencial elevado de exploração em função de sua extensa área de ocorrência. Os aquíferos na região são

próximos à superfície, com nível médio entre 10m a 20 m de profundidade (COMELLI, 2011). Estas águas são de boa qualidade, porém é conveniente realizar exames periódicos para averiguar os parâmetros físico-químicos e conferir a presença de contaminação microbacteriológica. A água para abastecimento doméstico, comercial e industrial é oriunda de poços artesianos, o que interroga sobre a contaminação, pois a região apresenta lençóis freáticos superficiais, exigindo um tratamento de qualidade à água oferecida a população. A oferta do serviço de água tratada na cidade beneficia em torno de 80% da população, é gerida pelo próprio município através do seu sistema de água e esgoto. No entanto, ainda é muito comum o uso de poços semi-artesianos que possuem um alto potencial de sofrerem a contaminação por coliformes fecais, mesmo quando não construídos próximos às fossas domiciliares.

As atividades industriais e comerciais da cidade de Sinop acabam contribuindo para a degradação ambiental por meio do lançamento de efluentes e esgoto sanitário sem tratamento no solo e/ou galerias de águas pluviais e cursos d'água, degradando as nascentes, o que poderá levar à escassez de recursos hídricos na área urbana do município. Sem o planejamento dos espaços urbanos e verificação da capacidade de suporte dos recursos ambientais disponíveis, corre-se o risco de degradar o ambiente e

22. Encontra-se em andamento o "Projeto de Universalização do Esgoto". O Sistema Autônomo de Água e Esgoto de Sinop (SAAES) já deu o start no projeto de universalização da rede de esgoto em Sinop. O primeiro passo é a licitação que vai contratar a elaboração do projeto básico, necessário para cumprir as etapas junto ao Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal, que gerencia os recursos. Disponível em: < <http://www.saaes.com.br/Informativos/79/>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

de ter os recursos escassos²³. Por ser uma cidade de relevo plano, a cidade de Sinop possui um sistema de escoamento de águas pluviais através de valas abertas, ocasionando problemas com acúmulo de lixo e proliferação de mosquitos.

A discussão em torno da preservação e utilização dos recursos hídricos, no âmbito do município de Sinop, por parte dos órgãos ambientais, sociedade organizada e instituições de ensino, inicia-se na presença de um quadro de degradação considerável de nascentes na área urbana, matas ciliares e poluição das águas. A região pode ser afetada pela escassez de recursos hídricos, se não houver um planejamento de expansão da área urbana e medidas efetivas para a recuperação e preservação de nascentes e mananciais. Por ocasião da presente pesquisa, não se constatou as articulações políticas e a capacidade de financiamento para a realização de tais medidas estratégicas.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Sinop foi criada em 2009 e institucionalizada legalmente, mas, ainda ao longo do ano de 2012 se encontrava em fase de definição de suas competências e áreas de atuação na gestão do meio ambiente. Tem como meta a adequação da legislação ambiental à realidade local, buscando a institucionalização de uma gestão local e regional através de políticas públicas elaboradas localmente que possam ir ao encontro de demandas locais e dos interesses econômicos dos produtores, agricultores da região. Por meio de um Comitê

Gestor que integra 19 municípios da região norte do estado, essa Secretaria propõe-se uma gestão integrada e participativa no sentido de gerar estudos do zoneamento regional. Ao longo dos seus primeiros anos, projetou ações estratégicas para atender alguns imperativos da legislação: implantar um plano de Gestão Ambiental Municipal de Resíduos; instalar o Conselho Municipal de Meio Ambiente; desenvolver atividades de educação ambiental formal e informal.

Nesta trajetória, verifica-se que o poder público municipal priorizou a estrutura urbana de planejamento de ruas, avenidas e logradouros da cidade e deixou para segundo plano a questão da infraestrutura de saneamento básico, principalmente a rede coletora de tratamento de esgotos e resíduos sólidos, descumprindo assim as normas ambientais. Sendo assim, os impactos ambientais e suas consequências sobre a saúde decorrem, entre outros aspectos, da fragilidade do poder público na disponibilização de infraestrutura urbana adequada para atendimento das necessidades básicas como água tratada e coleta de lixo, tratamento do esgoto doméstico. O processo urbano, ao concentrar tecnologias de produção para atender necessidades e estilos de vida diferenciados, promove a crise ambiental através da exploração dos recursos naturais, da poluição do ar, da degradação de nascentes e do lençol freático e do acúmulo de lixo, exigindo processos de mitigação e planejamento no sentido de diminuir os custos ecológicos.

23. O território municipal é cortado por vários rios muito pequenos que, na época de seca severa, acabam secando ou ficando só com um filete de água. Com o crescimento da cidade, esses cursos de água localizados dentro ou próximo à cidade, não têm, em sua maioria, suporte de diluição de efluentes. São rios que, às vezes, têm suas nascentes degradadas em áreas de preservação permanentes, e como não são rios grandes ou com grande potencial de volume hídrico, com a degradação acabam diminuindo mais e não comportando volumes grandes de diluição de esgotos e efluentes.

5 Ponderações finais

Ao longo do texto, visualizamos que as políticas ambientais e a educação se fazem presentes na confluência dos conflitos expressos por tensões e disputas em torno da apropriação dos bens materiais e culturais. No contexto investigado, elas se dão em torno da discussão da problemática ambiental e dos descompassos gerados no processo de ocupação dos espaços que promoveu o desenvolvimento regional. A partir da compreensão sociológica, atribuiu-se às políticas ambientais o papel de promover os mecanismos que abrirão espaços para a discussão sobre a natureza dos modelos de desenvolvimento, suas contradições e suas implicações em termos sociais e ambientais, empiricamente percebidos em duas frentes.

Na primeira, verifica-se que a legislação e as políticas ambientais têm sido consideradas barreiras ao desenvolvimento pelos gestores hegemônicos, públicos e privados, no estado de Mato Grosso. A dimensão dos conflitos visualiza-se pela progressiva predominância da defesa dos interesses econômicos em detrimento dos ecológicos e sociais, isto é, o progresso com expansão econômica precederia o bem-estar socioambiental. As ponderações sobre os conflitos socioambientais, na região mencionada, aparecem no cenário da opinião pública local como uma questão recente, ao mesmo tempo em que envolvem atores sociais em circunstâncias de grande tensão. Nessas circunstâncias, os espaços legítimos de contestação e de resistência têm sido espezinhados, somando-se inúmeros casos de perseguição e ameaças à vida de ambientalistas e militantes de movimentos sociais diversos.

A segunda aponta que os bens naturais expostos a diferentes interesses têm sido manipulados a favor de empreendimentos

capitalistas para as empresas nacionais e internacionais expandiram seus negócios. Ao mesmo tempo em que se devastam as matas e se agride a integridade dos ecossistemas, a ação, viabilizada pela mão-de-obra barata, garantiu a abertura dos espaços que viriam a abrigar as grandes plantações e o agronegócio. Os demais atores e suas atividades – que compõem o arranjo espacial da região – têm se sentido ameaçados ao verem os recursos naturais tornando-se escassos e degradados e a biodiversidade sendo reduzida. Para esses grupos, a natureza representa mais que recursos materiais, pois esta possui um significado sociocultural ou significa um patrimônio cultural.

As atividades florestais, do agronegócio e industriais possuem como principais consequências socioambientais: 1) desmatamento de grandes áreas para extração madeireira e implantação de fazendas de gado e de monocultura (soja, milho, algodão), principalmente visando atender às demandas urbanas constituídas e de exportação, causando a destruição da floresta amazônica; 2) desorganização da economia local com base na agricultura familiar, na medida em que as atividades de dimensão empresarial reforçam a produtividade, concorrência e escala, bem como exigem a imobilização de grande quantidade de terras, pessoas e ambientes; 3) acelerada especulação imobiliária, tanto rural como urbana, com o aquecimento do mercado de terras devido às atividades agropecuárias, elevando os casos de conflitos fundiários e territoriais, bem como, a contaminação nas cidades e no campo devido ao largo uso dos “defensivos agrícolas”; 4) impactos ambientais com consequente comprometimento da reprodução e sobrevivência de ecossistemas associados à expansão de obras de infraestrutura e da monocultura (que tendem a deixar

os solos em processo de desertificação, além da contaminação dos mananciais, solos e produtos por agrotóxicos, por corretores de solo e outros poluentes).

Considerando os artifícios de socialização, pode-se inferir que esses elementos conflitivos destacados, permeando o processo de desenvolvimento da região, são incorporados ao processo educativo escolar e social. Dessa maneira, geram um posicionamento diante da realidade socioambiental que pode contribuir tanto no sentido de crítica e da transformação e também de legitimação e permanência das relações sociais de dissipação dos bens naturais.

As percepções dos atores responsáveis pela execução das políticas ambientais e da aplicação da legislação ambiental demonstram que as medidas de conservação dos bens naturais são largamente fortalecidas na medida em que estiverem relacionados a outras questões sociais e permeadas pelo processo educativo. Os gestores compreendem que as medidas de fiscalização, e mesmo a aplicação de multas de forma isolada, contribuem pouco para a eficiência no controle e mitigação dos danos ambientais. Por outro lado, as propostas de políticas públicas para o contexto investigado trazem mudanças de caráter reformista e mitigador na medida em que permanecem nos aspectos superficiais dos profundos e extensos conflitos socioambientais. De fato, trabalha-se com uma visão parcial das tensões e com alguns aspectos da relação sociedade e meio ambiente sem chegar ao cerne da questão, mantendo inalteradas as relações que estruturam a sociedade no contexto da hegemonia do mercado e do capital.

Ao longo das décadas, configuram-se ações de manipulação de informações pela publicidade, cooptação de lideranças locais, imposição da perspectiva de ações tradu-

zidas como irreversíveis. Os posicionamentos de grupos sociais locais que advogam a defesa de questões ambientais, em grande medida, percebidos por planejadores estatais e privados como ultrapassados, folclóricos ou conservadores diante do progresso e, como tais, desqualificados ou destinados à inexorável amortização.

De sua parte, uma abordagem por meio de um viés crítico permitiria afirmar que as políticas públicas ambientais estaduais e municipais tendem a uma adequação/acomodação da compreensão do meio ambiente às diretrizes derivadas da expansão econômica com aprofundamento dos impactos ambientais. Os interesses do setor privado têm sido mesclados na esfera estatal, vindo a se estampar como o interesse público. Isto é, na medida em que a ação, defendida por instituições governamentais, abrindo espaços de discussões para a participação da sociedade civil, procura conduzir as negociações projetando acordos que levem a posicionamentos consensuais em torno da adequação da sociedade e da natureza ao projeto proposto.

Assim, é possível afirmar que a eficiência das políticas públicas, em consonância com o propósito da construção de um projeto de sustentabilidade para o município de Sinop, está em estabelecer padrões de regulação e de não desperdício no uso dos recursos ambientais e em orientar tanto as atividades econômicas, quanto às negociações em espaços públicos de participação social, no sentido de diminuir a assimetria na apropriação social da natureza que é a geradora de desigualdades e injustiças, ou, de acordo com Acselrad (2005), injustiça ambiental. Da mesma forma, uma proposta de sustentabilidade deve abranger os problemas sociais decorrentes do projeto de desenvolvimento proposto à região ligada à concentração da

terra, à proletarização da população rural, e aos problemas urbanos oriundos do crescimento desordenado das cidades.

A região Norte do estado de Mato Grosso está diante do desafio de implantar ações de intervenção no plano político, econômico e social, que possam promover alterações significativas nos padrões de relação do homem com a natureza. A sustentabilidade socioambiental, ancorada na racionalidade ambiental, pressupõe a superação da visão antropocêntrica do desenvolvimento, caminhando para uma sociedade e as respectivas relações sociais fundadas em bases ecológicas.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. Justiça ambiental. In: FERRARO, J. L. A. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, DF: MMA, 2005.
- ALMEIDA, C. A. et al. Estimativa de área de vegetação secundária na Amazônia Legal Brasileira. *Acta Amazônica*, v. 40, n. 2, p. 289-301, 2010.
- ARRETICHE, M. T. S. O mito da descentralização: maior democratização e eficiência das políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 31, p. 127-135, 1996.
- CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- CARVALHO, I. C. M. A Questão ambiental e a emergência de um campo de ação político-pedagógica. In: LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org.). *Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental e debate*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 53-64.
- CASTRO, S. P. et al. *A colonização oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.
- COLONIZADORA SINOP S.A. *Mapa município de Sinop*. Mato Grosso, 2011. 1 mapa, color. Escala: 1:8. 0000.
- COMELLI, C. *Estudos preliminares sobre a hidrogeologia e hidroquímica da zona urbana de Sinop/MT*. 2011. 111f. Dissertação (Mestrado em Geologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- CUNHA, M. M. *O trabalho dos professores e a Universidade do estado de Mato Grosso em SINOP/MT na década de 1990: o sentido do coletivo*. 2010. 294f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Org.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 3-23, 2010.
- GARCIA, E. *Medio ambiente y sociedade*. Madrid: Alianza Editorial, 2011.
- IANNI, O. *Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- IBGE. *Pesquisa nacional de saneamento básico 2008*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estados/temas>>. Acesso em: 19 out. 2012.
- INSTITUTO CENTRO DE VIDA. *Manifesto de repúdio ao substitutivo 3 do ZSEE-MT*. Disponível em: www.icv.org.br. Acesso em: 20 nov. 2012.
- JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189-205, 2003.
- LACERDA, N. P. *Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia Mato-Grossense: caso Sinop*. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências

- Ambientais, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Cáceres, Mato Grosso. 2008.
- _____. **Políticas públicas, ocupação do espaço e desenvolvimento na região norte mato-grossense: uma análise crítica dos municípios de Sinop e de Lucas do Rio Verde – MT.** 2013. 185f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc, Santa Cruz do Sul, 2013.
- LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MARQUES, A. C. **Pioneiros de Mato Grosso e Pernambuco: novos e velhos capítulos da colonização no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 85-103, 2013.
- MARTINS, J. de S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Hucitec, 1997.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Operação da PF no combate a corrupção ligada a crimes ambientais.** Brasília, 2005. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages>>. Acesso em: 4 nov. 2012.
- OLIVEIRA, H. H. **Zoneamento socioeconômico ecológico de Mato Grosso.** In: _____. (Org.). **Caderno pedagógico.** Cuiabá, MT, 2009. p. 1-32.
- PICOLI, F. **O capital e a devastação da Amazônia.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- REDIVO, A. R.; REDIVO, A.; SORNBERGER, G. P. **Crítérios de qualidade para o mercado nacional e internacional da madeira: Um estudo em empresas da micro região de Sinop/MT.** *INGEPRO – Inovação, Gestão e Produção*, v. 2, n. 5, p. 39-50, 2010.
- REMPEL, E. T. **Políticas públicas ambientais e seus nexos com a educação: um estudo no município de Sinop-MT.** 2011. 183f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2011.
- RODRIGUES, W. S.; OLIVEIRA, G. V. (Org.) **Reatório de monitoramento de queimadas 2008 e 2009.** Cuiabá: SEMA/MT; SMIA, 2010. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=79&Itemid=137>. Acesso em: 15 mar. 2010.
- SANTOS, J. V. T. dos. **Matuchos: exclusão e luta: do sul para a Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1993.
- SCHAEFER, J. R. **As migrações rurais e implicações pastorais: um estudo das migrações campo-campo do sul do país em direção ao norte do Mato Grosso.** São Paulo: Loyola, 1985.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. SURF. **Política de formação dos profissionais da educação básica de Mato Grosso.** Cuiabá, 2010.
- SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO. SEPLAN divulga ZSEE. Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/html/internas>>. Acesso em: 19 nov. 2012.
- SELUCHINESK, R. D. R. **De heróis a vilões: imagem e auto-imagem dos colonos da Amazônia mato-grossense.** 2008. 279f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SINOP. **Projeto de universalização do esgoto.** Disponível em: <<http://www.saaes.com.br/Informativos/79/>>. Acesso em: 29 nov. 2013.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** *Revista Sociologias*, Porto Alegre, n.16, p. 20-45, 2006.
- SOUZA, E. A. de. **Sinop: história, imagens e relatos um estudo sobre a sua colonização.** Cuiabá: ICHC/UFMT, 2004.
- SOUZA, J. C. **Saneamento básico: universalização, subsídio e meio ambiente.** 2008. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- SVS. **Populações potencialmente expostas no Brasil: uma avaliação do Sistema de Informação de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Áreas contaminadas – SISSOLO.** Disponível em:

< <http://www.Saúde.gov.br/svs>>. Acesso em: 3 dez. 2012.

TOURAINÉ, A. Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2001.

VIEIRA, P. A. dos S. Colonização e desenvolvimento em Mato Grosso: o caso de Sinop. 2003. 182f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

NOTA SOBRE OS AUTORES

Aloisio Ruscheinsky é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1996). Atualmente, é professor titular do PPG Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem experiência de pesquisa na área de Sociologia, com ênfase em meio Ambiente, políticas públicas e conflitos socioambientais, atuando principalmente nos seguintes temas: atores sociais, meio ambiente, desigualdades, conflito social e sustentabilidade.

Enaide Tereza Rempel é mestre em Ciências Sociais - Sociologia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil(2011). Professor Assistente da Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil.

Recebido em: 06.07.2013

Aprovado em: 24.04.2014

